

REINTEGRAÇÃO DE POSSE HUMANIZADA: UMA OPORTUNIDADE PARA RESSIGNIFICAR IMPACTOS

PARTE 01

Acostumada a escrever relatórios técnicos para inúmeros projetos, desta vez me vi inquieta para contar sobre a mais recente experiência de imersão em campo que tive. Depois de tantos anos focada no planejamento de estratégias, criação de instrumentais, ferramentas, gestão de projetos e de pessoas me vi na linha de frente, no campo, mão na massa e botina no pé. Essa história faço questão de relatar na primeira pessoa e apresentar, sob o meu olhar, uma das mais inovadoras e transformadoras ações sociais: a reintegração de posse humanizada.

O cenário foi o nordeste do Brasil, historicamente palco de inúmeros processos conflituosos por terras, de um povo “arretado” com traços culturais únicos e que não foge da luta. Essa gente que encanta também nos faz refletir em ações específicas que respeitem suas bandeiras.

Entro neste cenário com o desafio de fazer **GESTÃO SOCIAL SOBRE O PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** de área privada. Compatível com uma área de aproximadamente 12 mil hectares (equivalente a 12 mil campos de futebol) e ocupada irregularmente por cerca de 900 famílias, eu e minha equipe tínhamos três objetivos principais:

1. Promover o diálogo social na busca por uma saída antecipada das famílias ao ato da reintegração de posse;
2. Conduzir o processo de reintegração de posse de forma pacífica, humanizada e respeitosa, acolhendo as famílias em suas necessidades prioritárias; e
3. Efetivar medidas mitigadoras de gestão, em especial com famílias vulneráveis compreendendo papel de responsabilidades do privado frente ao impacto gerado no deslocamento físico e econômico das famílias ocupantes.

Este meu relato não adentrará no mérito da decisão sobre a referida reintegração, uma vez que coube a instâncias jurídicas a decisão favorável ao cumprimento do ato.

Tendo como ponto de partida a execução da ordem judicial fomos em busca do primeiro objetivo. Mapear *stakeholders* e realizar diagnósticos da área são primordiais para qualquer tipo de projeto desta natureza e, este não foi diferente. A leitura do território nos mostrou um cenário austero com poucas aberturas para o diálogo. Mas, tentamos. Tentamos por diversas vezes, com variadas estratégias, com a mediação de entidades isonômicas defensoras dos direitos humanos, porém, nem sequer tivemos a oportunidade de fazer visitas *in loco*, quem dirá ter contato com as famílias ocupantes. Os “muros” construídos pelas lideranças locais eram altos demais. A saída antecipada não se mostrou mais uma alternativa possível, embora parecesse frustrante, o desafio estava apenas começando.

Na gestão de projetos aprendi que, numa negociação, é preciso achar o MACNA (Melhor Alternativa em caso de Não Acordo). Neste contexto de ruptura de diálogo, o MACNA era planejar minuciosamente a operação, buscar a ciência e parceria de entes institucionais e

capacitar as equipes envolvidas para que no “DIA D” tivéssemos uma operação orquestrada com vistas a conduzir a reintegração de posse de forma humanizada.

Foi a hora em que nos debruçamos no planejamento para desenvolver diversos fluxos procedimentais, dimensionar recursos (humanos e financeiros) e simular, por vezes, situações críticas. O privado, por sua vez, internalizou seu papel e mobilizou acomodações temporárias, transporte (de pessoas e de materiais), maquinários, segurança, serviços de apoio médico, alimentação, espaço para guarda de pertences das famílias, recursos financeiros emergenciais, além de colocar seu time interno alinhado para efetivar as ações necessárias.

Conjuntamente as entidades institucionais envolvidas direta e indiretamente, internalizaram suas responsabilidades e suas contribuições sobre o processo com atenção aos desdobramentos que refletiriam nos serviços e políticas públicas, pautados na promoção da cidadania às pessoas deslocadas.

Em um processo como este, o apoio do policiamento, militar e civil, é imprescindível. Porém, esta operação não possui um caráter somente cumpridor de decisão judicial. Essa operação agora se chama REINTEGRAÇÃO DE POSSE HUMANIZADA. Os valores sociais e de preservação dos direitos humanos são compartilhados com todos que participam da operação, inclusive com a força policial que neste caso foi fundamental para uma condução pacífica dos conflitos.

Planejamento criterioso feito, recursos provisionados e times alinhados. Embora nos sentíssemos preparados para fazer uma das maiores ações de reintegração de posse daquele Estado, era impossível prever o que aconteceria nos próximos dias. E, mesmo diante deste enorme desafio estávamos confiantes que faríamos o melhor por aquelas famílias. Só não esperávamos que seria tão desafiador.

Quer saber como foi lidar com esse processo na linha de frente? Acompanhe a parte 02 deste relato que sairá em breve!

Autor: Maísa Nacari – Diretora de Gente e Gestão do Ideias